

A “Festa da Selma”, o 8 de janeiro e a crise da democracia no Brasil recente: desafios da História Pública frente ao autoritarismo

Helena Ragusa^I
Márcio José Pereira^{II}
Cynthia Simioni França^{III}

Resumo: O presente artigo analisa a atuação da História Pública diante dos desafios impostos pelo avanço da extrema direita no Brasil contemporâneo e seus desdobramentos. A partir da reflexão sobre o atual cenário político, investigamos os discursos extremistas por parte de grupos organizados em alguns espaços, promovendo a então tentativa de golpe. Um conjunto de aportes teóricos que articulam História Pública, cultura política e comunicação digital, foi mobilizado com destaque para as contribuições de Francisco Carlos Teixeira da Silva, Pierre Ansart e Federico Finchelstein, além de reflexões trazidas por Theodor Adorno e Gunther Eysenbach. O artigo também discute os limites da atuação dos historiadores públicos frente à infodemia e aos espaços de disputa por narrativas históricas. Como resultado, defende-se a urgência do engajamento ético e democrático dos(as) historiadores(as) na cena pública como agentes ativos na mediação da memória coletiva e na defesa do Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Infodemia; Extremismo; Desinformação; Historiadores públicos; Estado Democrático de Direito.

The “Selma Party”, the January 8th, and the crisis of democracy in recent Brazil: challenges for Public History in the face of authoritarianism

Abstract: This article analyzes the performance of Public History in the face of the challenges imposed by the advance of the extreme right in contemporary Brazil and its developments. From the reflection on the current political scenario, we investigate the extremist speeches by groups organized in some spaces, promoting the then coup attempt. A set of theoretical contributions that articulate Public History, political culture and digital communication, was mobilized with emphasis on the contributions of Francisco Carlos Teixeira da Silva, Pierre Ansart and Federico Finchelstein, as well as reflections brought by Theodor Adorno and Gunther Eysenbach. The article also discusses the limits of public historians' performance in the face of infodemy and the spaces of dispute for historical narratives. As a result, it defends the urgency of ethical and democratic engagement of historians (s) in the public scene as active agents in the mediation of collective memory and in the defense of the Democratic State of Law.

Keywords: Infodemic; Extremism; Disinformation; Public historians; Democratic Rule of Law.

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO

RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

Introdução

Nunca será demais dizer até que ponto a emoção e a fadiga destroem o sentido crítico.^{IV}

A crise da democracia brasileira, acentuada desde meados da década de 2010, atingiu um de seus pontos mais críticos no dia 8 de janeiro de 2023, quando milhares de manifestantes antidemocráticos invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília. O episódio, que foi denominado internamente nos grupos de apoiadores de Bolsonaro, como “Festa da Selma”, revelou não apenas a organização e o alcance das redes bolsonaristas, mas também os efeitos da desinformação, da radicalização e do uso político das emoções e símbolos nacionais. Diante desse cenário, este artigo propõe uma reflexão sobre o papel da História Pública frente aos desafios impostos pelo negacionismo, pela infodemia e pela instrumentalização da memória coletiva.

Nosso objetivo é analisar como se articularam, no contexto do 8 de janeiro, discursos extremistas, narrativas de falsificação histórica e mecanismos de mobilização simbólica via redes sociais, particularmente no WhatsAppTM e TelegramTM. Buscamos compreender os limites e as possibilidades da atuação de historiadores públicos diante da disputa por narrativas históricas em tempos de ataques à democracia.

A pesquisa se ancora em uma abordagem qualitativa, baseada na análise de discursos veiculados por meio de aplicativos de mensagens, entrevistas públicas, publicações digitais e registros jornalísticos. As fontes incluem monitoramentos de grupos digitais por instituições especializadas, relatórios oficiais, vídeos, textos de lideranças públicas e a recepção social desses conteúdos. Parte do corpus documental foi confrontado com entrevistas, análises e obras de historiadores que atuam publicamente no debate, como Francisco Carlos Teixeira da Silva, cujas contribuições ajudam a iluminar o fenômeno da radicalização contemporânea e o “ódio autorizado”.

Do ponto de vista teórico, dialogamos com autores que problematizam a função pública da história, a mediação dos afetos e das paixões políticas, a desinformação como estratégia política e a memória como campo de disputa. Esse arcabouço permite discutir a maneira como a História Pública pode — ou não — responder aos ataques simbólicos e materiais ao Estado Democrático de Direito.

A hipótese central é a de que o 8 de janeiro não pode ser compreendido como um evento isolado, mas como resultado de um processo histórico de longa duração, vinculado a tradições autoritárias, a uma cultura política de ressentimento e à ausência de mediações históricas consistentes no espaço público. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir com o debate contemporâneo sobre os limites e as responsabilidades do historiador diante da ascensão de discursos antidemocráticos, propondo caminhos possíveis para uma História Pública comprometida com os direitos, a ciência e a democracia.

O sequestro do setor comunicacional brasileiro em prol da disseminação do ódio

“O cenário de comunicação no Brasil não é dos melhores”, assim constatou Sônia Meneses num texto publicado em 2018 na obra “Que história pública queremos”? Nele a autora

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

reconhece o sequestro do setor comunicacional do país pelos “grandes monopólios”, os quais segundo ela detém boa parte da audiência nacional com “elevada concentração de audiência” e o que é mais preocupante, a “propriedade cruzada das mídias” que compromete a “democratização da informação”^V.

Das produções brasileiras que atingem grandes públicos, encontram-se aquelas empenhadas na construção de uma ‘fantasmagoria de uma “história oficial” diante da qual oferecem narrativas de uma “história paralela”, supostamente encoberta ou silenciada até então.^{VI} Mas não podemos perder de vista que muitas dimensões da vida política se passam no campo da sensibilidade coletiva^{VII}, na construção dos afetos políticos, nos dispositivos que movem uma determinada parte da população a tomar as dores de um candidato ou a romper uma amizade de décadas por um conflito de percepção política.

Nas democracias parlamentares, os homens políticos, os jornalistas de opinião, os intelectuais engajados, os candidatos às diversas eleições, são suficientemente visíveis para que possamos designar a categoria dos produtores de bens simbólicos emocionais. Veremos rapidamente que essa lista apenas tem sentido se vinculada aos aparelhos sociais, ao sistema político, aos partidos que criam os palanques, os lugares de incitação, de onde são enunciadas as mensagens apaixonadas. E, como também veremos, esses lugares de emissão são objeto de uma disputa permanente, seja pelo reforço das posições, seja pela criação de novos lugares de enunciação. Os meios de persuasão emocional são, em primeiro lugar, os discursos, falados ou escritos, difundidos pela mídia audiovisual, e as publicações.^{VIII}

E quando é que essa “arena de disputas vigorosas” das quais nos fala Gerald Zahavi^{IX} na busca de uma definição acerca da História Pública, ganha contornos perigosos no Brasil, a ponto de deslocar os historiadores de seus círculos habituais? Responder a essa questão não é uma tarefa fácil, uma vez que não foi um, mas sim, uma série de eventos que marcam essa ida do historiador para o setor midiático, como o fatídico impeachment de Dilma Rousseff, seguido por um clima de instabilidade política provocado pelo estresse democrático que passou a tomar conta do país, seria um forte indício; às eleições presidenciais de 2018, que marcaram e consolidaram a ascensão do projeto de segmentos extremistas no Brasil^X; a chuva de discursos anti direitos humanos, atrelada a uma onda negacionista em curso – pautas da nova agenda política adotada no país – e a eclosão do novo coronavírus no início de 2020, num eficiente gerador de pânico, ódio e desinformação.

No Brasil, a História Pública tem se configurado, em muitos contextos, como uma forma de resposta política às crises do presente. Esse caráter responsivo tornou-se ainda mais evidente no contexto da pandemia de COVID-19, vivenciada em escala global a partir do início de 2020, quando discursos negacionistas e a disseminação de informações falsas passaram a impactar significativamente a ciência, a saúde pública e os debates sociais mais amplos. Nesse cenário, observaram-se tensões crescentes entre conhecimento científico, política institucional e percepção pública, ampliando os desafios enfrentados por profissionais dedicados à produção e à divulgação de saberes, inclusive no campo da História. Como observa Jean Baudrillard^{XI}, trata-se de um contexto em que se intensificam estratégias que ele descreve como “política do pior”: uma forma de provocação voltada ao próprio corpo social, capaz de gerar desestabilização e afetar emocionalmente amplos setores da população. Nesse ambiente, o fazer histórico se vê pressionado a posicionar-se de forma crítica e ética, especialmente quando

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

confrontado com usos abusivos do passado, revisionismos e ataques às instituições democráticas.

Motivados pela política “do espetáculo”, determinados setores da sociedade brasileira, por meio de suportes diversos e potentes, a exemplo das redes sociais, geraram um mal-estar quando passaram a atirar discursos e narrativas a um público o qual sem dúvida alguma, foi estudado e analisado vitimado por uma política que “só sabe jogar no âmbito do bem e do mal” e que, portanto, reage nesse contexto ideológico da informação como uma “ab-reação” abortada, um bloqueio que só leva a um agir que encobre o evento traumático e impede a recordação^{XII}.

A história que passou a adentrar na vida pública brasileira com força desde a virada digital, preocupa. São conteúdos que apostam numa formação que traga uma História “correta, verdadeira” e indicam os “conceitos e preceitos do campo político ideológico da direita liberal”^{XIII}. São narrativas que se movem na contramão de uma “História Pública que queremos”, criando repertórios que apostam numa História Pública “perversa” e que muito tem contribuído para ações violentas e antidemocráticas desde que o Brasil “dobrou à direita”

Esse afastamento dos/as historiadores/as do espaço público permitiu, com certa parcela de culpa, um espaço aberto e irrestrito de opiniões, declarações e manifestações sobre o passado que não refletem necessariamente a existência de uma compreensão histórica sobre o mesmo. Parcelas da população que omitem, distorcem e até popularizam informações que são inverídicas acerca de determinados fatos históricos para manterem ativos seus projetos de poderes. O uso político das fake news e do negacionismo histórico cresceu espantosamente nas últimas décadas, seja por políticos influentes e seus partidos, sejam por grupos conservadores ou por aqueles que ainda não conseguiram entender que o respeito é o ingrediente fundamental para a vida em sociedade.^{XIV}

Foi o que ocorreu no último resultado das eleições de 2022, com a vitória acirrada de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, no segundo turno. A vitória que levou o atual presidente a acender na República pela 3ª vez, foi o estopim para que uma espécie de “ódio autorizado” nas palavras de Francisco Carlos Teixeira levasse à frente, milhares de manifestantes anti democráticos, apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, a invadirem o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF), uma clara tentativa de golpe para impedir a posse do então atual presidente.

Exatamente uma semana após a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 8 de janeiro de 2023, o Brasil vivenciou um episódio de ataque às instituições democráticas que gerou comparações com a invasão do Capitólio nos Estados Unidos, ocorrida em janeiro de 2021. Embora se tratem de eventos distintos em seus contextos políticos, jurídicos e institucionais, ambos foram protagonizados por grupos de extrema-direita que não aceitaram os resultados das eleições presidenciais em seus respectivos países. No caso norte-americano, apoiadores de Donald Trump invadiram o Congresso em Washington, D.C., sob a alegação de fraude eleitoral. No Brasil, milhares de manifestantes bolsonaristas ocuparam e vandalizaram os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto, também mobilizados por teorias conspiratórias e pela negação da legitimidade do processo eleitoral. Tais episódios, embora singulares, compartilham interesses ideológicos e estratégias de

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

mobilização que merecem análise comparada, revelando aproximações e afastamentos importantes para a compreensão da crise democrática contemporânea.

A associação aqui não é fortuita. Por mais de uma vez Bolsonaro demonstrou sua simpatia e mais, seu apoio ao ex-presidente norte americano, frequentando reuniões e eventos a seu convite, como aquele ocorrido no início deste ano, o Conservative Political Action Conference (CPAC), realizado pela American Conservative Union (ACU), um dos maiores eventos conservadores dos EUA.

A afinidade com o discurso trumpista por parte do ex-líder brasileiro não ficou aquém. Foram inúmeros os pronunciamentos, textos publicados em redes sociais, frases ditas a jornalistas, ameaças ainda que sutis, que “à moda Trump”, dentre outras descredibilizar por meio das fake news as urnas eletrônicas, cogitando possíveis fraudes no sistema eleitoral brasileiro.

Mas os vidros quebrados, obras de arte destruídas, móveis danificados, incêndio, atos esses elencados no Relatório Preliminar levantados pela Superintendência do Iphan no Distrito Federal e que compunham a chamada “Festa da Selma” não são resultados de “uma reação imediata de um acontecimento preciso” que podem ser resumidos a apenas um único evento ou aliança.

É na longa duração, na história de um Brasil profundo, que podemos encontrar os elementos que se materializam no bolsonarismo. Devemos então, nos preocupar como tentamos aqui chamar a atenção, compreender que “caldeirão cultural favorável” formou-se no Brasil para que milhares de indivíduos decidiram atacar o Estado Democrático de Direito de forma tão violenta? Em que moldes foram gestadas as ameaças que levaram a concretização de atos de vandalismo e terroristas como esses que ocorreram em Brasília no dia 8 de janeiro?

Quando um historiador vai a público: as contribuições de Francisco Carlos Teixeira

A narrativa histórica é de fato muito frequentemente revestida de uma película ou até mesmo de um manto de lendas.^{XV}

Pode-se dizer que dos “consensos e dissensos” que, tanto na esfera internacional quanto na nacional, nutrem o debate em torno da história pública, um denominador comum é a preocupação com os modos de produção, divulgação e circulação da história.^{XVI} Entre as vozes públicas que vêm denunciando os riscos da ascensão autoritária e da radicalização política no Brasil, destaca-se Francisco Carlos Teixeira da Silva. O historiador e também cientista político certamente integra o rol dos pesquisadores que compreende a importância da popularização e da divulgação histórica, e, não é de hoje. A atuação do pesquisador extrapola o meio acadêmico tendo ao longo de sua carreira passado por diferentes espaços midiáticos, todos eles com expressiva audiência.

Sua atuação como intelectual público, especialmente por meio de entrevistas, colunas e participações em canais como GloboNews, Carta Maior, além de podcasts e vídeos no YouTube, é aqui analisada como fonte de expressão de uma prática de História Pública engajada, voltada à denúncia do “ódio autorizado” e das estratégias de manipulação da memória. Ao mesmo tempo, suas obras e análises teóricas — como as que abordam o negacionismo histórico, o revisionismo do passado recente e o papel político dos afetos — são

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

mobilizadas como referencial para compreender os processos sociais e simbólicos que culminaram no episódio de 8 de janeiro. Assim, Teixeira da Silva é abordado duplamente neste trabalho: como objeto empírico de estudo e como autor que contribui para o embasamento teórico da análise.

Muito atuante nas redes sociais, através de sua conta na rede social Autorizado Chico Teixeira na rede Facebook, podemos perceber a tentativa do historiador em fornecer análises concisas sobre temas e problemas históricos do Tempo Presente através das constantes postagens que mesclam os temas acadêmicos e o cotidiano do autor. Os textos em sua maioria são curtos e fluídos, possibilitando leitores leigos a entenderem a perspectiva apresentada pelo professor. Em nossa percepção, essa ação parte de uma premissa que nós historiadores/as precisamos assumir, de não fugir do embate e da necessidade de expor os fatos e as análises que realizamos a luz de um método, de uma epistemologia e da nossa própria experiência, aqueles que não fazem parte do nosso próprio métier.

Enquanto professor da Escola de Guerra Naval, Francisco Carlos, foi convidado a integrar o Ministério da Defesa, no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), onde ficou por dezesseis anos. Dos muitos setores que faziam parte do gabinete estava o setor Amazônia onde ao lado da geógrafa brasileira Bertha Koiffmann Becker exercia a função de especialista junto a outros que também integravam a pasta e de onde saía a publicação de pequenas brochuras tendo como tema principal a prevenção de crise. Teixeira passou pelos dois mandatos do então presidente Fernando Henrique Cardoso até o golpe que levou à saída de Dilma Rousseff no ano de 2016.

Antes de sua saída, Teixeira explica que tão logo Dilma percebeu para que o gabinete vinha sendo usado, resolveu dissolvê-lo, vindo a ser recriado após golpe de Temer quando passou a assumir um caráter, segundo o historiador, “totalmente distinto, transformado num partido político bolsonarista é um órgão de espionagem entre a cidadania”^{XVII}.

Deste modo, para o pesquisador, a tentativa de golpe do 8 de janeiro por parte do ex-presidente Bolsonaro, que embora sem êxito, foi algo gestado e em outros momentos: como no 7 de setembro de 2021; o 30 de outubro de 2022, quando tentava uma intervenção no Superior Tribunal Eleitoral anulando as eleições e 12 de dezembro do mesmo ano quando carros, ônibus foram incendiados e se tentou invadir a Polícia Federal”^{XVIII}.

Em entrevista anterior, concedida a TV 247 fazendo um balanço do ano de 2021, mais especificamente no que toca a atuação do governo Bolsonaro o professor alerta para as ameaças de golpe e atenta para a necessidade da criação de uma frente democrática, pró direitos civis, a restauração e o avanço dos direitos populares. Nessa mesma entrevista, o historiador alerta para os elogios feitos por Bolsonaro ao 6 de janeiro nos EUA e a Trump alertando para os fortes indicativos de que vencer as eleições “não é tão definitivo assim”, e explica: “a gente vai ter que ganhar as eleições, se manter extremamente aguerrido para conseguir a diplomacia, conseguir depois a posse, para conseguir depois governar, porque os golpistas estão de prontidão, os golpistas estão aí firmes e fortes”

Ao mesmo tempo em que promovendo a publicização e divulgação da História, Francisco Carlos Teixeira vem já há algum tempo esboçando preocupação com a política de Bolsonaro, um governo que segundo ele, “se caracteriza por uma doutrina racista, excludente e pelo cultivo do ódio e de mentiras como forma de mobilização de seus militantes” e completa, “o próprio Bolsonaro, ou em vários momentos seus filhos e correligionários, ameaçaram fechar

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

o Supremo Tribunal Federal, produziram falsas alegações de fraude no processo eleitoral e, com patrocínio do PL – seu atual partido – pediram a anulação das eleições de presidenciais de 2022 por fraude nas urnas eletrônicas”^{XIX}.

A cena pública descrita quase que cotidianamente pelo pesquisador que há tempos transita para além dos espaços acadêmicos e que a todo momento busca responder, denunciar, historicizar os episódios que ao longo do governo Bolsonaro foram surgindo, aponta para uma “intenção historiadora” aquela compreendida por Sonia Meneses^{XX}, que “pretende demarcar sentidos futuros” e que, “ampara e antecede a escrita dos acontecimentos, mesmo aqueles marcados pela imprevisibilidade”.

A "Festa da Selma" e suas possíveis implicações.

A festa da Selma hoje vai está [sic] bombando”. “Não param de chegar convidados! Ela pediu para vocês viralizar [sic] esse convite! A entrada é liberada para todos os patriotas do Brasil, tirando crianças e idosos. Vai ser o maior Show de todos os tempos, não fique de fora Felicidades Selma [sic]@vanessadireita.

"Festa estranha com gente esquisita" cantava o poeta Renato Russo no final da década de 1980 narrando cenas da capital federal em uma das suas composições mais conhecidas. Cabe-nos ressaltar que nem de longe imaginávamos que outra "festa" se realizaria em Brasília, praticamente quatro décadas depois que a canção Eduardo e Mônica estourava nas estações de rádio do país, dessa vez a festa da antidemocracia. O que estourava agora eram as portas, os vidros, os móveis para a realização mas repleta manifestação de sujeitos não democraticamente convidados, do ódio transfigurado em patriotismo e do ressentimento objetivado em uma falsa ideia de resgatar a nação. Se era uma festa, foram de penetra, tal qual enfatiza Carlos Zarattini

Em 8 de janeiro de 2023 o povo brasileiro assistiu atônito à invasão e à depredação das sedes dos três Poderes em Brasília. A horda raivosa, oriunda das diferentes regiões do Brasil, avançou quebrando e destruindo tudo que encontrava pela frente, inclusive obras de arte, o que resultou num enorme prejuízo financeiro e artístico para o país. Para além disso tudo, o que assistimos naquele dia foi um atentado contra a democracia do Brasil, foi a tentativa de um golpe de Estado.^{XXI}

A expressão Festa da Selma^{XXII}, um disfarce para a convocatória dirigida à população para participar dos atos golpistas de 8 de janeiro, começou a ser divulgada em fins de dezembro. Essa festa pode ter transcorrido na mais pura desordem e violência, mas não podemos nos enganar e aceitar que a mesma foi realizada sem organização. Pelo contrário, apesar da multiplicidade de atores e atrizes, os convites foram distribuídos com antecedência e a participação na festa foi muito incentivada por aqueles que se valeram do negacionismo, do autoritarismo e do discurso nacionalista para fazer política durante os últimos quatro anos no Brasil.

Apesar do frescor dos acontecimentos e aqui estamos considerando que a putrefação também pode ser fresca, o tema instiga pesquisadores/as no Brasil, uma vez que, sua gênese não parece estar bem delineada, os papéis são contraditórios e as evasivas muito frequentes. E

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

vale considerar que o fato da falha ter ocorrido nos permite escrever agora sobre o tema, isto posto, desejamos reiterar que o fracasso não é motivo para nos impedir de averiguar o teor fascista da festa da Selma.

A velocidade com que as informações circulam nas redes sociais representa um desafio significativo para os historiadores, sobretudo diante de acontecimentos em curso ou recém-ocorridos. A pressão do “calor da hora” pode dificultar o distanciamento analítico necessário à escrita da história. No entanto, é importante reconhecer que, embora esse cenário imponha limites, também tem sido apropriado por historiadores que atuam publicamente, utilizando plataformas digitais como espaços de mediação, reflexão e intervenção. É nesse contexto que se insere a História do Tempo Presente (HTP), não como sinônimo de narrativas sobre o presente imediato, mas como um campo historiográfico consolidado, com metodologia própria e marcada por características específicas — como a convivência temporal com os eventos narrados, a presença ativa das testemunhas e a pluralidade de memórias concorrentes. A atuação desses(as) historiadores(as) nas redes pode, portanto, dialogar com os fundamentos da HTP ao problematizar o presente a partir de chaves críticas, conscientes dos limites e responsabilidades do ofício histórico.

Nesse sentido podemos contar com uma recente coletânea Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023, organizada por Francisco Carlos Teixeira e Karl Schurster, publicada pela Editora da Universidade de Pernambuco e que faz parte da Coleção Tempo Presente. O panorama traçado pelos autores citados oferece um horizonte interpretativo para compreender os acontecimentos que compõem este capítulo complexo da história recente do Brasil. Episódios como a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, nos Estados Unidos, por apoiadores do então presidente Donald Trump, e a ação militar contra o Palácio de La Moneda, no Chile, em 11 de setembro de 1973, são exemplos históricos que, apesar de contextos distintos, revelam disputas em torno da legitimidade das instituições democráticas. Tais acontecimentos ajudam a situar o 8 de janeiro de 2023 em um cenário mais amplo, permitindo reflexões comparadas sobre as formas de mobilização política, os mecanismos de contestação eleitoral e os impactos desses eventos na memória coletiva e nos processos democráticos das Américas. Tantas outras memórias semelhantes poderiam ser aqui manifestadas, se cada um desses capítulos antidemocráticos da história do mundo fosse efetivamente uma festa, um convidado facilmente seria identificado em todas elas: o fascismo, que abomina qualquer tentativa da razão de reprimir os desejos íntimos de dominar pela violência institucional.

Parece-nos uma ação apartada de uma parte desconexa do efetivo político, mas não podemos tratar como fato isolado, a destruição está no cerne do espírito fascista e é uma característica expressiva do que Adorno tratou em 1967 como "Aspectos do novo radicalismo de direita". Para o teórico:

Não se deve subestimar esses movimentos devido ao seu baixo nível intelectual e devido a sua ausência de teoria. Creio que seria uma falta total de senso político se acreditássemos, por causa disso, que eles são malsucedidos.^{XXIII}

O que temos de intrincado nesse processo é a capacidade de manipulação de informações e a forma com que as lideranças projetam seus desejos de destruição em seus seguidores. No caso brasileiro os grupos em aplicativos de mensagens instantâneas como

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

WhatsApp™ e Telegram™ tiveram papel central na organização da invasão ao Planalto no 8 de janeiro. Aproximadamente 17 mil grupos públicos apenas no WhatsApp™ eram monitorados de perto pela empresa de análises de dados Palver Data Engineering & Science, que apresentou a Polícia Federal - após a deflagração de uma nova fase da Operação Lesa Pátria em agosto de 2023 - milhares de mensagens com orientações e chamadas para participar da "Festa da Selma", codinome dado pelos líderes do movimento para despistar e burlar o monitoramento algoritmo.

Segundo o monitoramento realizado pela Palver e posteriormente divulgado pelos órgãos de imprensa como O Globo, Negócios Brasil, entre outros, a disseminação de orientações de ação para os grupos ligados a Bolsonaro ocorreu fortemente durante a campanha eleitoral, principalmente durante o segundo turno, haja vista que, o volume de notícias falsas direcionadas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no WhatsApp praticamente triplicou em comparação com aquelas destinadas ao presidente Jair Bolsonaro (PL). A média de disseminação de fake news contra Lula na plataforma de mensagens foi de 181 a cada 100 mil mensagens compartilhadas no período de 3 a 29 de outubro. No mesmo intervalo, a média de mensagens falsas relacionadas a Bolsonaro foi de 62 a cada 100 mil mensagens compartilhadas.

Uma vez derrotados, os eleitores do ex-presidente mantiveram uma espécie de vigília antidemocrática, ocupando espaços públicos, acampando em rodovias, dormindo em frente aos quartéis e Tiros de Guerra, realizando manifestações públicas pedindo "intervenção militar constitucional" e acima de todas as práticas disseminando através da internet conteúdos sobre a contestação do resultado das urnas, da possibilidade de Lula não assumir, de ocorrer ocupação do Planalto por forças militares, etc. Notícias, ou melhor, fake news muitas vezes compartilhadas pelo próprio candidato derrotado e seu staff, mantendo no país um status belicoso e de insegurança política. O líder da nação, alquebrado, projeta no seu séquito o ódio, o sentimento de desesperança e o desejo de destruição do projeto que se apresenta no futuro do país.

Federico Finchelstein em diálogo com Leopoldo Lugones (1931) é categórico ao se referir aos papéis de liderança na multiplicação das mentiras fascistas:

Os líderes projetavam seus desejos sobre inimigos e seguidores da mesma forma. Por outro lado, sua meta principal era a satisfação dos desejos destrutivos reprimidos dos seus seguidores. Desejo e destruição (e o desejo de destruição) eram essenciais à ascensão do fascismo.^{XXIV}

Bolsonaro e sua equipe, contaram com inúmeros apoiadores ilustres, figuras públicas e agentes da mídia para promover uma espécie de infodemia.^{XXV} Uma avalanche de informações cujo objetivo é suprir seus partidários de dados - ainda que infundados - para conter o avanço democrático. Em um contexto infodêmico, as informações falsas assumem a primazia sobre as verdadeiras, pois apelam às emoções e oferecem uma sensação de conforto em tempos de incerteza.^{XXVI} Esse fenômeno é particularmente evidente quando tais informações são promovidas e amplificadas por figuras públicas, sejam celebridades ou autoridades oficiais. Mecanismos psicológicos simples entram em jogo, interpretando a desinformação como algo benéfico.

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO

RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

Acreditar em notícias falsas pode ser encarado como uma estratégia para minimizar ameaças, relativizar doenças e até mesmo como uma forma de lidar com a ansiedade, o medo e a raiva. A prática de atribuir culpados e encontrar bodes expiatórios para justificar crises contribui para uma sensação ilusória de bem-estar e de distanciamento das questões envolvidas. "Um elemento central da mentira fascista é a projeção. Os fascistas sempre negam o que são e atribuem suas próprias características, sua responsabilidade e sua própria política totalitária a seus inimigos.^{XXVII}

Por conseguinte, essa relação da população brasileira com uma memória afetiva para com os militares e para com o período ditatorial remete ao processo de abertura política e redemocratização no Brasil, essa hipervalorização dos militares como uma espécie de poder moderador mudou de status conforme nos apresenta o historiador David Antonio de Castro Netto:

Essa aproximação abriu caminhos para memórias que até então circulavam em circuitos privados, como meios empresariais, o clube militar e frações das FFAA, ganhassem o espaço público, vocalizado por diversos líderes políticos. A circulação dessas memórias ganhou amplitude pelo uso habilidoso das mídias digitais e pelo simplismo das análises históricas. Algumas vertentes deste discurso podem ser anotada: 1) negacionista/revisionista: recusa a existência de tortura ou a justifica com o objetivo de legitimar o papel dos militares em 1964; 2) nostalgia, compreendem a ditadura como época de prosperidade e segurança; 3) autoritarismo conservador e moralismo, entendem a política como reino da corrupção e se acreditam estar numa cruzada moral para regenerar instituições corrompidas, por meio de movimentos como Escola Sem Partido e o combate a “ideologia de gênero”.^{XXVIII}

Francisco Teixeira e Karl Schurster, retomam períodos ainda mais canhestros da História do Brasil para explicar esse desejo por “intervenção militar constitucional” ou algo que o valha juridicamente:

[...] desde as Batalhas dos Guararapes contra os holandeses, em 1648 e 1649, quando o “Exército” (qual exército brasileiro?) salvou o país da invasão estrangeira até a Proclamação da República, em 1889, os militares teriam adquirido um “direito” de intervir na República e decidir o que seria, para eles, a “ordem na casa de Selma”. Acreditam também que o extinto Poder Moderador do Imperador – estabelecido na Constituição Imperial de 1824 como recurso para a intervenção pessoal do Imperador na política – persiste na realidade política brasileira como uma “mão invisível” da Tutela Militar sobre a República. Com a deposição do Imperador Pedro II, o decadente “Poder Moderador” - um quarto “poder” para além do Legislativo, Judiciário e Executivo, este expresso na figura do ministro do Império (um primeiro-ministro) -, em 1889, teria emigrado para as mãos dos próprios militares, para que tivessem o direito e o dever de remediar os males da República, sendo, simultaneamente, os donos e os convidados na “Festa da Selma”.^{XXIX}

A “Festa da Selma” é a efetivação desse conjunto ideológico fortemente propagado no Brasil muito antes do início da disputa eleitoral presidencial, uma reunião de desconhecidos unidos por um propósito coletivo, o de impedir que a democracia em curso continuasse tal qual estava instalada. A invasão da Praça dos Três Poderes é a manifestação de algo que já estava sendo organizado pelas redes sociais dias antes. Os promotores federais em Brasília disseram

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO

RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

que a campanha de desconfiança de Bolsonaro efetivamente incitou os crimes que ocorreram após as eleições, culminando no tumulto de 8 de janeiro.

Essas ligações incluíam mensagens codificadas que se apropriaram do jargão militar, como o uso no WhatsApp™ da palavra Selma, uma brincadeira com a palavra selva, usada pelos militares brasileiros como “grito de guerra” muito comum nos diálogos dos militares, especialmente nos exercícios do Exército Brasileiro e que faziam referência direta ao candidato à presidência que era de origem militar. No Twitter™, a hashtag #festadaselma se tornou viral, espalhada para convidar os usuários a participarem do motim de 8 de janeiro. No Telegram™, a retórica evoluiu de petições explícitas de usuários pró-Bolsonaro a “hackers e especialistas em tecnologia da informação (TI) para invadir todos os sistemas governamentais e homens armados para "proteger os patriotas", a linguagem codificada como "greve geral" ou "intervenção popular", além de "Festa da Selma". ser evitada para espalhar desinformação e encorajar a violência.^{XXX}

Francisco Teixeira e Karl Schurster quando tratam da "confiança quebrada" resumem o evento da seguinte maneira:

Em suma, "a festa da Selma" - essa foi a frase-chave, ou código, entre os extremistas para a ação planejada em Brasília estava a todo vapor. No entanto, como o próprio presidente Lula afirmaria em 12/01/2023 e depois em 18/01/2023 em entrevista para Natuza Nery, da Globonews, houve brutal "falha de segurança", ausência de previsão e inteligência e disposição para desmantelar a ameaça extremista por parte das próprias forças de segurança. Ou seja, houve uma falha - voluntária ou não dos órgãos do próprio Estado - no caso do GSI, a União -, tanto no nível do GDF quanto no nível federal.^{XXXI}

Considerando a proximidade da ocorrência violenta e antidemocrática, não podemos apresentar dados completamente tabulados, muitas análises ainda estão sendo realizadas pela Intelligentsia da Polícia Federal e dos gabinetes vinculados a Secretária de Segurança Pública e ao Ministério da Justiça. Entretanto alguns desdobramentos da “Festa da Selma” já podem ser percebidos na história recente do país. Aproximadamente 1400 invasores foram detidos, porém, apenas 66 deles continuam presos e foram impedidos pelo STF de manifestar desejo por participar do indulto de Natal em 2023, uma vez que, crimes contra estado democrático de direito foram listados como aqueles que não podem obter o direito ao indulto. De acordo com a Procuradoria Geral da República, cerca de um ano após os tumultos na Praça dos Três Poderes, 66 indivíduos permanecem detidos, em sua maioria por prisão preventiva. A prisão preventiva é uma forma de detenção durante o processo, ou seja, é decretada antes de qualquer condenação eventual. Embora não haja um prazo determinado, é necessário revisar essa medida a cada 180 dias.

Dos milhares de manifestantes detidos no entorno da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, após os ataques às sedes do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto, 66 pessoas permanecem privadas de liberdade por decisão judicial. Desse total, oito já foram condenadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com sentenças definitivas, e 33 respondem como réus por participação direta nos atos de invasão e depredação de prédios públicos. De acordo com informações do STF, dois investigados foram transferidos para avaliação em instituição psiquiátrica e outros 25 seguem presos preventivamente, a pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), sob suspeita de envolvimento com o financiamento

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

e a incitação dos atos antidemocráticos. Esses dados refletem o andamento da responsabilização penal promovida pela mais alta Corte do país e revelam os diferentes graus de envolvimento atribuídos aos participantes, com base na gravidade das condutas analisadas.^{XXXII}

Paralelamente às condenações e prisões preventivas, o Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, vem homologando acordos de não persecução penal (ANPP) firmados entre a Procuradoria-Geral da República (PGR) e investigados pelos atos de 8 de janeiro de 2023. Segundo informações da PGR e do próprio STF, até março de 2024, mais de 100 acordos já haviam sido validados — especialmente com indivíduos que não participaram diretamente das invasões aos prédios públicos, mas foram detidos em acampamentos ou por incitação virtual dos atos. Esses acordos, previstos no artigo 28-A do Código de Processo Penal, são aplicáveis apenas em casos de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça. Os termos estabelecem, entre outras obrigações, a prestação de serviços comunitários, o pagamento de multas proporcionais à renda, a realização de um curso sobre democracia e Estado de Direito, e a suspensão do uso de redes sociais por tempo determinado. A adesão ao ANPP exige o reconhecimento da participação no crime, e a homologação pelo STF tem servido como alternativa à persecução penal em casos de menor gravidade, possibilitando o avanço dos processos sem sobrecarregar o sistema judicial, ao mesmo tempo em que reforça a responsabilização jurídica pelos ataques à ordem democrática.^{XXXIII}

É importante observar que essa oportunidade de acordo foi estendida apenas aos indivíduos que enfrentam acusações relacionadas a crimes de médio potencial ofensivo. Em outras palavras, o benefício foi direcionado àqueles que desempenharam papéis secundários nos protestos, como os que incitaram as manifestações. Os responsáveis por atos de vandalismo que invadiram e danificaram edifícios na Praça dos Três Poderes não foram contemplados com essa prerrogativa. A Procuradoria-Geral da República conduziu uma avaliação individualizada de cada réu antes de apresentar as propostas de acordo. Esse processo envolveu a verificação de antecedentes criminais, a análise de outros acordos de não persecução penal e uma avaliação das condições financeiras para determinar o montante da multa.

Em janeiro de 2025, o Supremo Tribunal Federal divulgou um balanço^{XXXIV} que aponta a responsabilização de 898 pessoas pelos atos antidemocráticos ocorridos em 8 de janeiro de 2023. Dentre essas, 371 foram condenadas, muitas delas por crimes como associação criminosa armada, tentativa de golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado, com penas variando de três a mais de dezessete anos de reclusão. Outras 527 firmaram acordos de não persecução penal, que resultaram na substituição de sanções mais severas por medidas como prestação de serviços à comunidade, pagamento de multas, uso de tornozeleira eletrônica e participação obrigatória em cursos sobre democracia e Estado de Direito. As decisões têm buscado diferenciar os níveis de envolvimento dos acusados, adotando critérios que consideram a gravidade das condutas praticadas e os efeitos sociais dos atos, reforçando o compromisso institucional com a responsabilização jurídica e a preservação da ordem democrática.

Notamos que antes mesmo dos detidos se comprometerem a realizar um curso sobre democracia, conforme exigência das PGR, a “Festa da Selma” serviu para que entre os detidos crescesse a consciência sobre a importância dos Direitos Humanos, uma vez que, passaram a manifestar o desejo de obtê-los na condição de cárcere. Vale ressaltar que até o momento em que não se encontravam detidos, os Direitos Humanos não faziam efetivamente parte do

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO

RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

discurso daqueles que ocuparam Brasília em janeiro de 2023, mas esse é em detalhe que não vamos nos ater nesse momento, embora exista variedade de postagens e publicações nas redes sociais que testificam nossa hipótese.

Conclusão

“SOS Brasil! Nós não vamos desistir! Nós não vamos desistir! Meu partido é o Brasil! Meu partido é o Brasil! Intervenção Militar já! Forças Armadas nos ajudem! Verdade! Transparência! SOS Brasil!”(Trecho do brado entoado em frente ao tiro de guerra. Londrina, 20/12/2022).

A resposta formulada por Hebe Mattos à pergunta sobre se a História Pública deve se comprometer com a democracia faz jus ao papel que, acreditamos, também deve caber à História diante das ameaças que colocam em risco o Estado Democrático de Direito. De acordo com a Agência Lupa, em sua conta no Twitter^{XXXV}, das centenas de contas de pessoas que aparecem nas listas de presos por conta dos ataques, ao serem extraídos os dados dessas contas, cruzando-os entre si, na lista dos perfis mais populares entre os detidos estão os do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, seguido de seus dois filhos, um deles o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) que comparou os presos no ataque golpista com as vítimas do Holocausto numa das sessões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) em que esteve presente, uma “distorção negacionista que fere a memória das vítimas”, conforme respondeu a entidade Instituto Brasil-Israel.^{XXXVI}

Não é foco de discussão aqui, porém, a questão da Shoah no Brasil, é algo que merece atenção, afinal, trata-se de um passado que se cruza com o nosso e em diversos momentos. Fato é que a banalização, normalização e a negação de eventos históricos amplamente comprovados como esse do qual vimos falando, tornou-se uma constante e assim como outros passados difíceis de nossa história, o massacre perpetrado contra judeus e outras vítimas do nazismo alemão, entra para a lista das “comunidades de memória” empenhadas em apagar, distorcer, amenizar, subverter e obliterar a memória, quando não, vulgarizá-la por meio de comparações improváveis e esdrúxulas.

A “Festa da Selma” é resultado dessa política, a qual Francisco Carlos Teixeira da Silva (2023) define como

Um movimento de massas que conseguiu reunir o fundo comum conservador e escravista da nossa História, com o fundamentalismo religioso, a herança integralista e nazista dos anos de 1930 e o novo bonapartismo de corte trumpista numa nova numa correte política no cenário nacional.^{XXXVII}

O título que trazemos aqui nesse texto, tecido a seis mãos, A “Festa da Selma”, o 08 de janeiro e a crise da democracia no Brasil recente: desafios da História Pública frente ao negacionismo e às redes sociais e suas possíveis implicações’ compreende o momento em que estamos inseridos. Estamos todos, diante do:

Surgimento de uma nova opinião pública popular que desafia a compreensão de que a tolerância, expansão dos direitos e liberdade são, ou deveriam ser, as principais

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO

RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

ferramentas das democracias contemporâneas, é um movimento global, reacionários stricto sensu, que recoloca convicções religiosas, racismo e xenofobia mais uma vez na agenda da política mundial.^{XXXVIII}

Agenda essa que não está alheia aos estudos históricos, ao ofício do historiador, mas que ao reverberar fortemente entre os mais diversos meios e suportes midiáticos, coloca mais uma vez o historiador público na cena política, buscando em outras esferas atuar e muitas das vezes, nas trilhas de uma “história compartilhada”, estabelecendo parcerias outras e que também possuem o mesmo comprometimento na produção de um conhecimento histórico ético, pautado na alteridade e na ciência.

De acordo com Jean-Jacques Becker “de uma maneira mais geral, uma manipulação só tem chance de ser bem-sucedida quando acompanha as tendências profundas da opinião pública”.^{XXXIX} A reflexão de Becker, historiador do político, vai de encontro a Marc Bloch quando o mesmo já alertava sobre o dever dos historiadores se interessarem em como se desenvolvem as “falsas notícias de guerra”.

A crítica também se aplica a atualidade, quando historiadores públicos voltam-se para os historiadores, “encastelados” na academia, presos a seus documentos, ignorando os laboratórios possíveis de observação, como a Internet, esse “caldeirão” como aquele aquele identificado por Bloch, onde “inconscientemente, as pessoas exprimem seus preconceitos, os seus ódios, os seus medos, todas as emoções fortes”^{XL}. A pergunta do historiador da primeira geração dos Annales mas e Bloch sobre “o que inspira os grupos propagadores de “fake news, o amor pela verdade absoluta” ou a manutenção de uma forma ideológica de poder?” também pode e deve ser respondida a partir da compreensão de que:

Uma falsa notícia nasce sempre de representações coletivas que preexistem ao seu nascimento; só na aparência é fortuita, ou, mais precisamente, tudo que em si tem de fortuito, é o incidente inicial, absolutamente um qualquer, que desencadeia o trabalho das imaginações, mas esta agitação só tem lugar porque as imaginações já estão preparadas e fermentam surdamente.^{XLI}

É precisamente nessa sociedade “fraturada” por uma enxurrada de informações nem tão precisas que nós historiadores/as iremos atuar. Analisar a ação pública dos intelectuais pode parecer algo realmente novo, fruto da emergência de uma História Pública no Brasil, mas a verdade é que ainda falta coragem e convicção por grande parte dos intelectuais em transgredir esses muros, em se colocar à disposição da sociedade não apenas como intelectual qualificado, mas como cidadão que entende e luta pelas demandas necessárias para a manutenção da democracia em um país cuja fragilidade democrática é mais do que comprovada.

Em suma, a História Pública que queremos é aquela que se compromete não apenas com a democracia como forma de organização política, mas também como horizonte ético e pedagógico. Trata-se de uma prática historiográfica atenta às urgências do presente, que se propõe a facilitar a formação de uma consciência histórica crítica capaz de reconhecer os mecanismos que sustentam os fascismos, os extremismos e outras formas de violência política. Em um cenário marcado por revisionismos, apagamentos e manipulações da memória, o compromisso com a preservação dos direitos humanos torna-se um eixo indispensável da ação do historiador público. Nesse sentido, fortalecer a História Pública é também contribuir para

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

que as sociedades não repitam as agruras do passado, tampouco naturalizem as inúmeras violações de direitos que práticas autoritárias inevitavelmente produzem.

Notas

^I Doutora em História pela Universidade Estadual de Maringá. Estágio Pós-Doutoral em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Professora da Secretária de Educação do Estado do Paraná (SEED/PR). E-mail: helenaragusagranado@gmail.com.

^{II} Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Colegiado de História, do Mestrado/Doutorado Profissional em Ensino de História (PROFHIST) e do Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP) da Universidade Estadual do Paraná (Campus de Campo Mourão). Membro do grupo de pesquisa Direitos Humanos e Políticas de Memória (DIHPOM/CNPQ). E-mail: marcio.pereira@unespar.edu.br.

^{III} Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Colegiado de História, do Mestrado/Doutorado Profissional em Ensino de História (PROFHIST) e do Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP) da Universidade Estadual do Paraná (Campus Campo Mourão). Líder do Grupo de Pesquisa Odisséia. E-mail: cynthia.franca@ies.unesp.br.

^{IV} ZARATTINI, Carlos. Apresentação. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl. *Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023*. Recife, PE: EDUPE, 2023. p. 13-16. (Coleção Tempo Presente), p. 13.

^V Dos códigos próprios para combinar as invasões às sedes dos Três Poderes, em Brasília, um deles seria a palavra “Selma”, em alusão à saudação “Selva” — adotado por forças militares brasileiras (PINHEIRO, Mirelle; CARONE, Carlos. “Festa da Selma”: entenda código usado por extremistas para planejar 8/1 em Brasília. Brasília, DF, 17 ago. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/festa-da-selma-entenda-codigo-usado-por-extremistas-para-planejar-8-1-em-brasilia>. Acesso em: 11 dez. 2023).

^{VI} ADORNO, Theodor. *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita*. Tradução de Felipe Catalani. São Paulo, SP: Unesp, 2020, p. 54.

^{VII} FINCHELSTEIN, Federico. *Uma breve história das mentiras fascistas*. Tradução de Mauro Pinheiro. São Paulo, SP: Vestígio, 2020, p. 125.

^{VIII} FREIRE, Neyson Pinheiro *et al.* A infodemia transcende a pandemia. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, p. 4065-4068, 2021. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2021.v26n9/4065-4068/>. Acesso em: 12 dez. 2023.

^{IX} FINCHELSTEIN, Federico, *op. cit.*, p. 125.

^X CASTRO NETTO, David Antonio. Memória, memória social, experiência e autoritarismo no Brasil. In: PEREIRA, Márcio José (org.). *História Pública: entre conceitos, lugares e experiências*. Maringá, PR: Edições Diálogos; Rio de Janeiro, RJ: ProfHistória, 2023, p. 73-74. Disponível em: https://www.academia.edu/109623917/Historia_Publica_entre_conceitos_lugares_e_experiencias ISBN 978 65 00 86846 3 Acesso em: 27 dez. 2023.

^{XI} TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl. *Como (não) fazer um golpe de Estado no Brasil*. Recife: Edufpe, 2023, p. 126.

^{XII} MOLAS, Bàrbara. The insurrection wave: a comparative assessment of anti-government in Germany, the US, and Brazil. *International Centre of Counter-Terrorism*, The Hague, Netherlands, 2023. Disponível em: <https://www.icct.nl/sites/default/files/2023-09/Molas%20-%20The%20Insurrection%20Wave%20final%20to%20publish.pdf>. Acesso em: 14. dez. 2023.

^{XIII} TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl, *op. cit.*, p. 79.

^{XIV} SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *STF valida 38 acordos e concede liberdade provisória a 46 acusados pelos atos golpistas de 8/1*. Brasília, DF, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/post/noticias/stf-valida-38-acordos-e-concede-liberdade-provisoria-a-46-acusados-pelos-atos-golpistas-de-8-1>. Acesso em: 02 jul. 2025.

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

- ^{XV} BECKER, Jean-Jacques. Por uma opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Roha. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2003. p. 185-211, p. 186.
- ^{XVI} ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.) *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018. p. 185-196.
- ^{XVII} TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Francisco Carlos Teixeira conta os bastidores do GSI e os motivos de sua saída do Gabinete. [Entrevista concedida a Myrian Clark Giannini]. *MyNews*, 21 abr. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nBTsk5M1W6U>. Acesso em: 06 nov. 2023.
- ^{XVIII} *Idem*.
- ^{XIX} PINHEIRO, Mirelle; CARONE, Carlos, *op. cit.*
- ^{XX} MENESES, Sônia; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.) *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018. p. 181-189, p. 186.
- ^{XXI} BLOCH, Marc. Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra. In: BLOCH, Marc. *História e historiadores*. Lisboa, Portugal: Teorema, 1998. p. 177-198, p. 192.
- ^{XXII} MENESES, Sônia; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia, *op. cit.*, p. 182.
- ^{XXIII} LIMA, André Nicacio. A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 27, p. 54, p. 15-38, ago./dez. 2019, p. 16. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/issue/view/550>. Acesso em: 24 set. 2020.
- ^{XXIV} ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução de Jacy Seixas. Curitiba, PR: UFPR, 2019, p. 34.
- ^{XXV} O termo *infodemia* foi cunhado pelo pesquisador Gunther Eysenbach, em 2002, para designar o aumento exponencial de informações, precisas ou não, sobre determinado assunto de saúde em um curto espaço de tempo, provocado por um evento específico, que torna difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando isso é necessário para proteger a si e à coletividade. O nosso uso da terminologia é um empréstimo para designar o aumento exponencial de informações políticas/partidárias (EYSENBAACH, Gunther. *Infodemiology: The epidemiology of (mis)information*. *The American Journal of Medicine*, Tucson, AZ, v. 113, n. 9, p. 763-765, 2002. Disponível em: [https://www.amjmed.com/article/S0002-9343\(02\)01473-0/fulltext](https://www.amjmed.com/article/S0002-9343(02)01473-0/fulltext). Acesso em: 12 dez. 2023).
- ^{XXVI} ANSART, Pierre, *op. cit.*, p. 19.
- ^{XXVII} ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.
- ^{XXVIII} CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo, SP: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020, p. 13.
- ^{XXIX} BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do Mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas, SP: Papirus, 1992, p. 86.
- ^{XXX} SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre a memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo, SP: Editora 34, 2005, p. 64.
- ^{XXXI} CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? What is there to say about the historian's authority in the digital universe? In: MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018. p. 169-175, p. 172.
- ^{XXXII} PEREIRA, Márcio José. Refletir publicamente sobre História. In: PEREIRA, Márcio José (org.). *História Pública: entre conceitos, lugares e experiências*. Maringá, PR: Edições Diálogos; Rio de Janeiro, RJ: ProfHistória, 2023, p. 7. Disponível em: https://www.academia.edu/109623917/Historia_Publica_entre_conceitos_lugares_e_experie_ncias ISBN 978 65 00 86846 3. Acesso em: 27 dez. 2023.
- ^{XXXIII} BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. *Primeiros acordos firmados entre MPF e acusados de incitar atos de 8 de janeiro são homologados no Supremo*. Brasília, DF, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr2/2023/primeiros-acordos-firmados-entre-mpf-e-acusados-de-incitar-atos-de-8-de-janeiro-sao-homologados-no-supremo>. Acesso em: 02 jul. 2025.

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

XXXIV SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Em dois anos, STF responsabilizou 898 pessoas por atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Brasília, DF, 07 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/em-dois-anos-stf-responsabilizou-898-pessoas-por-atos-antidemocraticos-de-8-de-janeiro/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

XXXV AGÊNCIA LUPA. *O perfil oficial de @jairbolsonaro aparece em 1º lugar...* Rio de Janeiro, RJ, 24 jan. 2023. X: @agencialupa. Disponível em: <https://twitter.com/agencialupa/status/1617966258049417216>. Acesso em: 06 nov. 2023.

XXXVI GUERRA, Rayanderson. Flávio Bolsonaro compara prisões do 8 de janeiro a Holocausto, e Instituto Brasil-Israel repudia. *Estadão*, São Paulo, SP, 27 set. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/flavio-bolsonaro-senador-holocausto-cpmi-8-de-janeiro-general-augusto-helena-instituto-brasil-israel-nprp/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

XXXVII TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos, *op. cit.*

XXXVIII MATTOS, Hebe. Deve a história pública se comprometer com a democracia? In: MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018. p. 261-267, p. 265.

XXXIX BECKER, Jean-Jacques, *op. cit.*, p. 192.

XL BLOCH, Marc, *op. cit.*, p. 180.

XLI *Ibid.*, p. 191.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. *Aspectos do Novo Radicalismo de Direita*. Tradução de Felipe Catalani. São Paulo, SP: Unesp, 2020.

AGÊNCIA LUPA. *O perfil oficial de @jairbolsonaro aparece em 1º lugar...* Rio de Janeiro, RJ, 24 jan. 2023. X: @agencialupa. Disponível em: <https://twitter.com/agencialupa/status/1617966258049417216>. Acesso em: 06 nov. 2023.

ANSART, Pierre. *A gestão das paixões políticas*. Tradução de Jacy Seixas. Curitiba, PR: UFPR, 2019.

BAUDRILLARD, Jean. *A transparência do Mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas, SP: Papirus, 1992.

BECKER, Jean-Jacques. Por uma opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução Dora Roha. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2003. p. 185-211.

BLOCH, Marc. Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da guerra. In: BLOCH, Marc. *História e historiadores*. Lisboa, Portugal: Teorema, 1998. p. 177-198.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. *Primeiros acordos firmados entre MPF e acusados de incitar atos de 8 de janeiro são homologados no Supremo*. Brasília, DF, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias->

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO

RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

[pgr2/2023/primeiros-acordos-firmados-entre-mpf-e-acusados-de-incitar-atos-de-8-de-janeiro-sao-homologados-no-supremo](#). Acesso em: 02 jul. 2025.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Onde fica a autoridade do historiador no universo digital? What is there to say about the historian’s authority in the digital universe? In: MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018. p. 169-175.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo, SP: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASTRO NETTO, David Antonio. Memória, memória social, experiência e autoritarismo no Brasil. In: PEREIRA, Márcio José (org.). *História Pública: entre conceitos, lugares e experiências*. Maringá, PR: Edições Diálogos; Rio de Janeiro, RJ: ProfHistória, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/109623917/Historia_Publica_entre_conceitos_lugares_e_experiencias ISBN 978 65 00 86846 3 Acesso em: 27 dez. 2023.

EYSENBACH, Gunther. Infodemiology: The epidemiology of (mis)information. *The American Journal of Medicine*, Tucson, AZ, v. 113, n. 9, p. 763-765, 2002. Disponível em: [https://www.amjmed.com/article/S0002-9343\(02\)01473-0/fulltext](https://www.amjmed.com/article/S0002-9343(02)01473-0/fulltext). Acesso em: 12 dez. 2023.

FINCHELSTEIN, Federico. *Uma breve história das mentiras fascistas*. Tradução de Mauro Pinheiro. São Paulo, SP: Vestígio, 2020.

FREIRE, Neyson Pinheiro *et al.* A infodemia transcende a pandemia. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, RJ, v. 26, p. 4065-4068, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n9/4065-4068/> Acesso em: 12 dez. 2023.

GUERRA, Rayanderson. Flávio Bolsonaro compara prisões do 8 de janeiro a Holocausto, e Instituto Brasil-Israel repudia. *Estadão*, São Paulo, SP, 27 set. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/flavio-bolsonaro-senador-holocausto-cpmi-8-de-janeiro-general-augusto-helena-instituto-brasil-israel-nprp/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

LIMA, André Nicacio. A nação brasileira entre a cruz e a espada: apontamentos sobre a atual (re)construção de uma identidade nacional supremacista no Brasil. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 27, p. 54, p. 15-38, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/issue/view/550>. Acesso em: 24 set. 2020.

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO
RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

MATTOS, Hebe. Deve a história pública se comprometer com a democracia? In: MAUAD, Ana Maria; BORGES, Viviane Trindade; SANTHIAGO, Ricardo (org.). *Que História Pública Queremos? What Public History Do We Want?* São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018. p. 261-267.

MENESES, Sônia; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.) *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado.* São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018. p. 181-189.

MOLAS, Bàrbara. The insurrection wave: a comparative assessment of anti-government in Germany, the US, and Brazil. *International Centre of Counter-Terrorism*, The Hague, Netherlands, 2023. Disponível em: <https://www.icct.nl/sites/default/files/2023-09/Molas%20-%20The%20Insurrection%20Wave%20final%20to%20publish.pdf>. Acesso em: 14. dez. 2023.

PEREIRA, Márcio José. Refletir publicamente sobre História. In: PEREIRA, Márcio José (org.). *História Pública: entre conceitos, lugares e experiências.* Maringá, PR: Edições Diálogos; Rio de Janeiro, RJ: ProfHistória, 2023. Disponível em: https://www.academia.edu/109623917/Historia_Publica_entre_conceitos_lugares_e_experiencias ISBN 978 65 00 86846 3. Acesso em: 27 dez. 2023.

PINHEIRO, Mirelle; CARONE, Carlos. “Festa da Selma”: entenda código usado por extremistas para planejar 8/1 em Brasília. Brasília, DF, 17 ago. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/festa-da-selma-entenda-codigo-usado-por-extremistas-para-planejar-8-1-em-brasilia>. Acesso em: 11 dez. 2023.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; MENESES, Sônia (org.) *História pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado.* São Paulo, SP: Letra e Voz, 2018. p. 185-196.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre a memória, arte, literatura e tradução.* São Paulo, SP: Editora 34, 2005.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Em dois anos, STF responsabilizou 898 pessoas por atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Brasília, DF, 07 jan. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/em-dois-anos-stf-responsabilizou-898-pessoas-por-atos-antidemocraticos-de-8-de-janeiro/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *STF valida 38 acordos e concede liberdade provisória a 46 acusados pelos atos golpistas de 8/1.* Brasília, DF, 18 dez. 2023. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-valida-38-acordos-e-concede-liberdade-provisoria-a-46-acusados-pelos-atos-golpistas-de-8-1>. Acesso em: 02 jul. 2025.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Francisco Carlos Teixeira conta os bastidores do GSI e os motivos de sua saída do Gabinete. [Entrevista concedida a Myrian Clark Giannini].

A “FESTA DA SELMA”, O 8 DE JANEIRO E A CRISE DA DEMOCRACIA NO
BRASIL RECENTE: DESAFIOS DA HISTÓRIA PÚBLICA FRENTE AO
AUTORITARISMO

RAGUSA, H.
PEREIRA, J. M.
FRANÇA, C. S.

MyNews, 21 abr. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nBTsk5M1W6U>.
Acesso em: 06 nov. 2023.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl. *Como (não) fazer um golpe de Estado no Brasil*. Recife: Edufpe, 2023

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). *Introdução à história pública*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.

ZARATTINI, Carlos. Apresentação. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl. *Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023*. Recife, PE: EDUPE, 2023. p. 13-16. (Coleção Tempo Presente).